

AS ESTRUTURAS QUE PERMEIAM O SER MÃE E SER MULHER: UMA QUESTÃO DE SAÚDE MENTAL E GÊNERO

THE STRUCTURES THAT PERMEATE BEING A MOTHER AND BEING A WOMAN: A QUESTION OF MENTAL HEALTH AND GENDER

Regina Lígia Wanderlei de Azevedo¹

Juliana Tavares Ricarte²

Samira Cavalcante Monteiro³

Stefanny Farias de Aguiar⁴

Yasmim Campos da Silva⁵

Resumo: O presente artigo teve como objetivo principal investigar a pressão social exercida sobre as mulheres a partir de uma perspectiva sócio-histórica, bem como averiguar os impactos no processo de subjetivação do sujeito mulher, tal qual a saúde mental delas. Sob esse viés, foram entrevistadas 25 mulheres mães, com idades diferentes e em locais distintos. Utilizamos a Análise de Discurso de Bardin objetivando compreender quais as estruturas presentes nas falas das participantes. Sendo assim, conclui-se que o conceito de “se tornar mulher e mãe” na nossa sociedade é atravessada por estruturas que vão além do sujeito enquanto indivíduo. Todavia, as estruturas sociais permeiam as condições em que o desejo para performar a maternidade, podem interferir diretamente na sua constituição. Nesse sentido, as principais estruturas destacadas nesta análise são a forte presença da Religiosidade, das Relações Amorosas e Familiares e dos Dispositivos de Subjetivação.

Palavras-chave: Saúde mental; Maternidade; Gênero.

Abstract: The main objective of this article was to investigate the social pressure exerted on women from a socio-historical perspective, as well as to investigate the impacts on the process of subjectivation of women, as well as their mental health. Under this perspective, 25 women mothers were interviewed, of different ages and in different locations. Bardin's Discourse Analysis was also carried out with the aim of understanding which structures were present in the participants' speeches, therefore, it is concluded that becoming a woman and mother in our society is crossed by structures that go beyond the subject as an individual. However, social structures permeate the conditions in which the desire to perform motherhood directly interfere in its constitution. The main structures highlighted in this analysis are the strong presence of Religiosity, Love and Family Relationships and Subjectivation Devices.

Keywords: Mental health; Gender; Maternity.



ESTE TRABALHO ESTÁ LICENCIADO COM UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS - ATRIBUIÇÃO-NÃO COMERCIAL 4.0 INTERNACIONAL.

1 Doutora em Psicologia Social - Universidade Federal da Paraíba; Professora Adjunta 4 - Universidade Federal de Campina Grande; E-mail: regina.azevedo@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9461-7137>

2 Graduanda em Psicologia - Universidade Federal de Campina Grande; E-mail: julianatricarte@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7618-1425>

3 Graduanda em Psicologia - Universidade Federal de Campina Grande; E-mail: samira14queiroz@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9699-0835>

4 Graduanda em Psicologia - Universidade Federal de Campina Grande; E-mail: stefannyfarias17@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2561-9665>

5 Graduanda em Psicologia - Universidade Federal de Campina Grande; E-mail: yacampos472@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-0045-0957>

Introdução

“Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é” (Butler, 2003, p. 20).

Simone de Beauvoir, em sua famosa máxima, afirma que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. No entanto, esse processo de “tornar-se” é historicamente construído a partir do olhar do outro e da funcionalidade atribuída aos sujeitos. Desde a Idade Média, passando pela histeria e os manicômios, até a negação do direito de existir, as mulheres são frequentemente rotuladas como loucas, histéricas e malucas, resultado das relações de poder que permeiam a constituição da subjetividade feminina. Contrária a esses rótulos, Butler (2003) propõe a categoria de gênero como uma repetição estilizada, a qual se dá de forma livre, devido à existência de papéis sociais estabelecidos culturalmente, os quais ditam o que é ser homem e ser mulher, em uma lógica binária, heteronormativa e hegemônica. Ainda, para Butler, o sexo é também uma construção social, devido ao fato de ser atravessado pela cultura. Portanto, para a pensadora, gênero é uma categoria política, haja vista ser um conceito marcado por relações de poder, cultura e privilégios que se sustentam e são reforçados nas bases de uma sociedade heteronormativa, patriarcal e hegemônica.

Deste modo, “gênero” ainda pode ser complementado como uma categoria de análise histórica, permeada por lugares atribuídos a um e ao outro sexo, lugares estes que são pré-determinados. Motivada por esse binarismo, a lógica de submissão-dominação é fomentada, tendo em vista que a alimentação do imaginário social contribui para a manutenção da dicotomia de gênero (Scott, 1995). Diante disso, é levada em consideração a forma como a sociedade entende esse conceito a partir do biológico, sem considerar questões sociais, étnicas, raciais e classistas. Sendo assim, a relação sexo/gênero deve ser baseada em expectativas da sociedade, bem como, performada de acordo com os padrões impostos.

Diante desse panorama, na antiguidade, Platão estabeleceria a ideia da histeria, a qual afirmava que o distúrbio do útero que vagava surgia devido à agitação da ausência de filhos, o que, portanto, só seria sanado quando a mulher tivesse sua prole. Além disso, a loucura é retratada a partir da imagem da mulher, como o retrato de bruxa na Idade Média, por exemplo, bem como a mulher taxada como louca por não se calar diante do machismo imposto cotidianamente, tal qual a enlouquecida por um casamento ruim.

Conforme Zanello (2018), a história das mulheres é afetada,

principalmente, pelo amor. Para a pesquisadora, o amor para elas é uma questão identitária, a qual é interpelada pelas “Tecnologias de Gênero”, conceito de Teresa De Lauretis (1987), que implica em mecanismos midiáticos, substancialmente, que influenciam no modo de se constituir e agir. A mídia é posta como o porta-voz das transformações sociais, como “lugares de memória” de Nora (1993, *apud* Teixeira, 2019), os quais são compreendidos como locais materiais ou imateriais, em que uma sociedade se fundamenta, podendo exercer papel fundamental na construção de identidades (Monteiro; Magalhães; Azevedo, 2022; Teixeira, 2019). Além disso, o sofrimento feminino deriva, decisivamente, do ponto de vista biomédico, reduzindo as mulheres aos modelos biologizantes. Santos (2009, *apud* Zanello, 2010), aponta que a experiência do sofrimento psíquico é formada de modo social, considerando o recorte histórico, sendo a violência sofrida por homem e mulher constituída de formas distintas.

Nesse panorama, Zanello (2018) postula o Dispositivo Materno, o qual coloca a maternidade como um lugar construído socialmente, permeado por transformações ao longo da história, como a naturalização do instinto materno no século XVIII. Entretanto, sabe-se que as relações de gênero são marcadas por disputa de poder, dado o momento histórico, comportamento e localidade. Seria, portanto, o sentimento de amor materno um instinto natural ou mais uma forma de apreender a mulher em uma posição engessada e impossibilitada do que ela deseja vir a ser?

1 Metodologia

Essa pesquisa se configura como qualitativa, de caráter exploratório, posto que visa discutir as questões que permeiam o processo de subjetivação da mulher enquanto mãe e mulher, bem como de que maneira esse fator pode afetar a saúde mental de cada indivíduo, objetivando compreender quais aspectos psicossociais reverberam dentro da díade maternidade-identidade feminina.

Para o desenvolvimento do estudo, foram realizadas entrevistas de caráter semiestruturado, respondidas por 23 participantes mulheres em três locais diferentes, a saber: Unidade Básica de Saúde I (Cabaceiras); Clube de Mães Nenzinha Cunha Lima (Campina Grande); Instituto Elpídio de Almeida (Campina Grande). Além disso, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), visando a participação de forma voluntária, ainda, foi disponibilizado atendimento para possíveis casos de desconforto gerado por alguma questão feita durante as entrevistas.

A amostra da pesquisa contou com 25 respostas, dadas por mulheres-mães, com idades entre 19 e 64 anos, buscando averiguar de forma ampla como a maternidade impacta a vivência de diferentes mulheres em contextos e faixas etárias distintas. Dentro dessa amostra, foram descartadas aquelas que não correspondiam aos critérios de inclusão: ser mãe, ser maior de idade e ser brasileira. Além disso, o material coletado que possuía respostas apenas como sim ou não, ou a ausência de algumas resoluções, foram descartadas (2), totalizando na amostra final de 23 entrevistadas.

Ademais, a análise das entrevistas ocorreu através da Análise de Discurso de Bardin, que consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Por fim, utilizamos a gravação da voz referente a entrevistada e posterior transcrição das entrevistas, para que as análises fossem realizadas de forma individual. Na etapa seguinte foram realizadas as comparações entre as respostas das demais participantes, para categorizar os termos mais recorrentes. Para concluir essa fase, foi verificada a frequência das categorias em cada entrevista.

2 Resultados e discussão

As estruturas que permeiam o ser mulher

A pesquisadora Valeska Zanella (2018), ao citar Braidotti (1994), destaca como a subjetividade é caracterizada como uma rede de formações de poder síncrona. Nesse sentido, ao se referir a homens e mulheres, não se trata apenas de uma leitura binária, mas principalmente de como os processos de subjetivação são interpelados por diversas estruturas, como classe, raça e gênero, criando lugares sociais de (des)empoderamento fundamentados em distintas motivações (hooks, 2015a).

Sob esse olhar, ressalta-se a importância de como a interseccionalidade é considerada como categoria analítica para pensar em como as mulheres, em seu processo de subjetivação, são interpeladas pelos mais diversos poderes da sociedade, mas também de como cada cultura, raça, classe e gênero estão entrelaçados, sobressaindo e funcionando de forma unificada. É válido pensar

que esses fatores, conseqüentemente, afetam os diversos aspectos sociais, mas principalmente o processo de tornar-se quem se é (Collins, Bilge, 2021). Sob esse viés, Zanello (2018) afirma que existem caminhos privilegiados de subjetivação que são criados, alimentados e reafirmados por tecnologias de gênero, mantidos por dispositivos.

Diante disso, o dispositivo pode ser compreendido como um grupo heterogêneo, no qual estão presentes discursos, instituições, afirmações filosóficas, científicas e morais. Para tanto, os dispositivos são configurados a partir de três dimensões: saber, poder e subjetividade, sendo formados por meio de “máquinas de fazer ver e de fazer falar” (Deleuze, 1990; Zanello, 2018). Assim, o dispositivo abrange a função estratégica que é produto das relações de poder, guiando os indivíduos a práticas que buscam moldar os processos de subjetivação de cada sujeito

“Por isso essa força estranha”

O mito do Instinto Materno e os Dispositivos de Subjetivação

Conforme Zanello (2018), o Dispositivo Materno configura-se a partir de um heterocentrismo. Em outras palavras, as meninas são ensinadas a se dedicarem a atender as necessidades e demandas do outro, mas também, por serem mulheres e possuírem características físicas de procriação, foi instituída sua escravidão (Basaglia, 1943). Além disso, o advento do capitalismo contribuiu para naturalizar o aspecto de que ser mãe e cuidar é algo intrínseco apenas à mulher, imbuindo apenas a elas o cuidado para com o outro, seja filho, marido, familiares, entre outros. Ainda de acordo com Zanello (2018), as pedagogias afetivas que atravessam a constituição do “se tornar mulher”, através de performances e emocionalidades geradas, possuem suas raízes bem fincadas em um solo extremamente patriarcal.

Nessa perspectiva, a socióloga Orna Donath (2022) afirma que nenhuma mulher nasce mãe, pois:

Essa descrição de natureza feminina, usada para justificar a obrigação das mulheres de ser mãe, também é usada para reforçar a ideia de que elas são dotadas de um instinto maternal congênito e de uma espécie de caixa de ferramentas inata que induz as mulheres, mais do que os homens, a criar os filhos que as deram à luz ou adotaram. (Orna Donath, 2022, p. 51).

Nesse viés, a ideia de que toda mulher nasce com um instinto materno, que o tornar-se mãe é algo natural e desejado, uma vontade própria, deixa nas entrelinhas marcas que são feitas a partir dos discursos neoliberais, religiosos e machistas. Esses discursos levam as mulheres a crer que seu desejo é o seu próprio, mas não o do outro. Zanello (2018) ao discorrer sobre a pedagogia dos afetos, destaca como o heterocentrismo é uma parte constitutiva da identidade da mulher. Elas são ensinadas a muitas coisas, mas principalmente a desejar o desejo do outro, o que acaba por minar, inibir e não realizar seus próprios interesses.

Diante desse cenário, pode-se perceber como a maternidade, assim como o amor, é uma construção social e cultural que dita como criar filhos, mas também quem deve criá-los. Por isso, as regras que guiam as mulheres para serem mães passam por caminhos em que qualquer forma de “autoalimentação”, cuidado consigo mesma ou a ausência de sentimentos ditos “naturais” são consideradas abomináveis, tal qual um crime hediondo.

Dornath (2022) discorre sobre como o comportamento que destoa do esperado pela sociedade, seja de forma voluntária ou não, pode ser rotulado como negligente. Em uma cultura machista, a construção de gênero no que diz respeito à maternidade e paternidade possui significados diferentes para a palavra negligência. Quando mães não cumprem o esperado pelo papel social, são consideradas omissas e negligentes, discurso que não é direcionado aos pais. A omissão do cuidado para com os filhos, além de trazer prejuízos significativos para o desenvolvimento da criança, coloca o papel paterno ausente como algo também naturalizado. Justifica-se a ausência da figura paterna com discursos machistas, como “o homem não escolheu parir”, que são reproduzidos cotidianamente e reafirmados pelo sistema patriarcal, pela violência e pela lógica neoliberal. Ao homem cabe o trabalho laboral, enquanto às mulheres cabe a escravidão doméstica (Xavier; Zanello, 2016; Xavier; Zanello, 2017; Xavier; Zanello, 2018).

Em nome do pai, do filho... e da mãe?

A partir do advento do sistema capitalista, em meados do século XVIII, o continente europeu passou por significativas mudanças de cunho social, econômico e cultural, que contribuíram para reconsiderar qual o papel da mulher na sociedade (Lima; Teixeira, 2008). Badinter (1985) indaga que houve uma transição da figura feminina de Eva, a transgressora e corrompida, para a Virgem Maria, fiel, submissa e doce.

Segundo os estudos de Lima e Teixeira (2008), a Igreja Católica, ao realizar o movimento de reconsiderar o caráter feminino estabeleceu algumas condições para esse público, devido à capacidade de gestar, de serem progenitoras de novos homens, de uma família; às mulheres coube estar no lar, aos homens, foi destinado o sustento financeiro da família. Sob esse viés, o discurso de Maria como exemplo de mãe que pariu o salvador, o filho de Deus, a mulher fiel, recatada e obediente tanto ao marido quanto ao filho, intensificou-se devido ao sentimentalismo religioso.

Por essa visão, pode-se pensar em como o gênero, categoria de análise do cenário político àquela época, influenciou na construção das figuras femininas e masculinas nos dias de hoje. Para Joan Scott (1996), o gênero como marcador das relações de poder estabelece as formas de se relacionar no mundo, a partir de vivências imbricadas de forma binária devido, ainda, ao gênero ser visto por meio do determinismo biológico.

Nesse sentido, o discurso católico foi difundido através da figura masculina, bem como o científico, jurídico e filosófico, afinal, a história da loucura é contada a partir do olhar dos homens sobre as mulheres. Em linhas gerais, “Ser, quando se trata da mulher, é (...) ser percebida e percebida pelo olhar masculino ou pelo olhar de alguém habilitado pelas categorias masculinas” (Bourdieu, 1999, p. 106 *apud* Lima; Teixeira, 2008).

Posto isso, ao se falar em maternidade, Nunes (2000, p. 66 *apud* Schuler, 2021) dialoga sobre como o processo de santificação da mulher está relacionada a maternidade como função social, que destina a mulher o papel de uma entidade sagrada. Em outras palavras, é um lugar imposto, não escolhido, que suprime seus corpos à escolha dos outros. Assim, a Igreja Católica impôs que a figura da mãe pudesse ser atrelada à Virgem Maria.

O catolicismo do século XIX atribui à mãe funções de formação religiosa e de correção moral, guiada por um ilimitado espírito de sacrifício. A educação da mulher e dos filhos, a exaltação da família como o único lugar da felicidade (...) são temas recorrentes na imprensa católica. São consideradas boas mães as benfeitoras, capaz de se imoral por uma ideia e pela felicidade dos seus, e serem invencíveis na força do amor e da dor (Nunes, 2000, p. 77 *apud* Schuler, 2021).

A partir da citação, torna-se evidente que o discurso sobre os corpos femininos, as elaborações, imposições feitas por meio da Igreja Católica ainda reverberam no século XXI, discurso esse que se destaca na fala das

entrevistadas deste estudo.⁶ Inferimos com base nessas ponderações, que através desses discursos podemos ressaltar como a igreja católica influenciou na disseminação, bem como na manutenção dos lugares sociais ditos para as mulheres como ideais, reforçando a ideia de que ser mãe não é desejar, mas sim receber um dom, posto como algo natural.

Além disso, atrelado ao discurso religioso, de maneira intrínseca, o sistema capitalista valida tais posições e para tanto utiliza-se de mecanismos como o afeto para se manter vívido, tal qual perpetua a exploração e o aprisionamento dos corpos femininos no paradigma eterno “vir a ser”. Dito isso, Federici (2019) versa sobre o “trabalho afetivo” a partir da *Ética III* de Spinoza. Para o filósofo, afeto se constitui como uma visão materialista e não cartesiana, ou seja, o afeto seria uma produção voltada para a interação, uma ação direcionada para o exercício da ação própria e das ações dos outros. Entendemos que:

“Afeto não significa um sentimento de ternura ou amor. Significa, antes nossa capacidade de interação, nossa capacidade de movimento e de sermos movidos em um fluxo interminável de trocas e encontros, que supostamente expandem nossos poderes e demonstram não apenas o caráter transformador - e, portanto, já político - da vida cotidiana.” (Hardt & Negri, *Commonwealth*, p. 379 *apud* Federici, 2019).

Diante dos pressupostos, compreendemos que na configuração da sociedade capitalista de hoje, o trabalho afetivo engloba o sustento de um lar dito familiar, que é construído a partir do esforço invisibilizado da mulher. Esse trabalho está diretamente pautado pela fala religiosa que auxilia na sustentação do sistema no qual a subjetividade da mulher-mãe é colocada como um heterocentrismo, para além do trabalho reprodutivo. Em consonância com Federici (2019), a generalização do trabalho afetivo está relacionada a tempos pré-feministas em que toda a luta das mulheres ainda se torna invisível.

⁶ Todas as entrevistas, totalizando 7, realizadas no Clube de Mães Nenzinha Cunha Lima contou com a participação de mulheres com idade a partir dos 60 anos de idade, dito isso, pode-se verificar que em comparação com o número da amostra do ISEA (10), com respondentes com idade entre 19 e 41 anos, evidenciou a presença do discurso religioso em apenas três participantes. Ademais, tal comparação entre faixa-etária, adjunto ao momento sócio histórico que cada grupo vivenciou e vivencia será discutido posteriormente.

“Que horas ela volta?” Quem eu era e quem eu sou

A maternidade ideal é sinônimo de devastação ao que concerne a individualidade de cada mulher. Essa ideologia pode assolar a subjetividade do público feminino, de modo que os sujeitos se sintam engessados em um lugar solitário, desmembrado do mundo e de si mesma. Por conseguinte, a implosão psíquica deixa marcas, erosões e vazios em cada indivíduo (Arrais, 2005; Ramos, 2006; Zanello, 2015; Aguiar, Silveira & Dourado, 2011; Homem e Calligaris, 2019, citados por Azevedo, 2022).

Nesse sentido, em concordância com Azevedo (2022), as mulheres são vistas como um centro de reabilitação que começa com o marido e os filhos, mas que se prolonga para quem mais necessitar delas. Além disso, ao citar Rita Von Hunty (2019), Azevedo (2022) destaca um termo cunhado com bases psicanalíticas: o “desamparo identitário”, que visa questionar a maternidade como um meio para que as mulheres sejam colocadas e vistas como um objeto inferior, utilizado para atender às necessidades do outro.

Diversos são os significados que permeiam o ser mãe e a maternidade, porém, esses sentidos são atribuídos a partir da posição que cada sujeito ocupa no processo sócio-histórico. Aliado a isso, o sujeito discursivo é colocado em “posições” que não são partes constituintes da subjetividade de cada um (Azevedo, 2022 *apud* Foucault, 1997). Nessa perspectiva, a constituição desses discursos reforça a maternidade como destino, instinto natural, fato sagrado e até mesmo benção divina. Ainda nesse estudo, ao citar Badinter (2011), Azevedo (2022) afirma que o discurso do instinto materno proporciona uma certa “generalização” do que é performar a maternidade, roubando a singularidade de cada mulher e favorecendo a inibição da identidade.

Conforme os pensamentos de Zanello (2018), podemos destacar que essas práticas propiciam cada vez mais a inexistência das mulheres enquanto pessoas (Azevedo, 2022). Sob esse viés, Federici (2019) afirma que o desejo da mulher não parte dela, mas sim do homem e em consonância com o pensamento da psicóloga e filósofa Valeska Zanello (2018), ponderamos que a mulher é vista sob o olhar do outro, existindo na sociedade somente a partir do olhar masculino.

Diante desse cenário, Lacan (1998 [1958]) pressupõe que os sujeitos são constituídos perante o discurso do outro. Aliado a isso, o falo, que tem a função de inserir o sujeito em sua existência e posição sexual, acaba por se tornar o significante do desejo do outro. Isso significa dizer que a mulher passa a ser o

objeto do desejo masculino (sexualizado de forma heteronormativa) e passa, então, a reproduzir tal desejo em si própria. Conquanto, as mulheres passam a ser o falo devido ao fato de sustentarem o poder e representarem a atuação do sujeito homem. Assim, o poder patriarcal é amparado pela abdicação das mulheres em abrirem mão de serem o que desejam para conferir significado ao desejo masculino pré-estabelecido.

Entretanto, deve-se atentar para o fato de que a construção das identidades é parte tanto dos discursos quanto das construções culturais. De acordo com o pensamento de Foucault, o sujeito nasce a partir do efeito das relações entre saber e poder (Machado; Penna; Caleiro, 2019). Nesse sentido, a construção do indivíduo permeia caminhos sociais atravessados por relações de poder, produzindo normas que atuam sobre o processo de subjetivação do ser feminino. Por isso, entendemos que as identidades são moldadas pelas marcas culturais que as compõem e por meio das relações sociais estabelecidas, mas também, deve se considerar que estas identidades são construídas no seio cultural e histórico atual (Machado; Penna; Caleiro, 2019).

Ainda, é preciso ressaltar que o processo identitário é caracterizado pela inter-estruturação entre a identidade individual e social. Os componentes psicológicos e sociológicos são articulados organicamente, e os indivíduos se integram em grupos sociais, assumindo identidades coletivas distintas e gerando uma identificação. No entanto, diferenciam-se ao ponto de se tornarem autônomos e se posicionarem como seres sociais, sujeitos e indivíduos. Dessa maneira, apesar dos *scripts* sociais, cada sujeito é único e detentor de sua própria individualidade (Andrade, 2000).

Quando pensamos em uma perspectiva sócio-histórica, é necessário verificar como o nascimento de uma identidade subjetiva ocorre, como cada indivíduo descobre quem é, qual é o seu modo de ser e como se reafirma no mundo. Sob esse viés, Vaz e Santos (2016) propõem que é necessário compreender a identidade como um elemento relevante dentro das diversas narrativas que buscam superar as opressões externas, posto que tais práticas são colocadas como um empecilho para cada sujeito se reafirmar dentro de um grupo e da sociedade, tanto de maneira interna como externa.

Em corroboração com o pensamento de Andrade (2000) e Machado, Penna e Caleiro (2019), Vaz e Santos (2016) destacam o pensamento de Taylor (2011), o qual coloca a identidade dentro de um paradigma de aquisição por meio de uma série de eventos considerados importantes para a vida social. Além disso, algumas identidades coletivas presentes em sociedades ocidentais foram (e ainda são) construídas por processos de exclusão social.

Aqui cabe citar as interseccionalidades de gênero, raça e classe (Appiah, 2005, p. 69, *apud* Vaz; Santos, 2016).

De acordo com esses estudos, é possível dizer que o não reconhecimento de uma identidade própria causa sofrimento, produzindo baixa autoestima, bem como uma imagem negativa de si mesmo (Moskowitz, 2008, p. 178-244; Taylor, 1994, p. 25-26, *apud* Vaz; Santos, 2016). Com isso, a partir dessas perspectivas verifica-se no discurso das entrevistadas o fato de que, mesmo não desejando plenamente a maternidade, elas se viram na posição de desejar serem mães devido às falas direcionadas a elas, bem como às tecnologias de gênero que atuam em prol dessa performance.

Com base nesses discursos, o dispositivo amoroso (Zanello, 2018) se mostra em pleno funcionamento, posto que, para as mulheres o amor é parte formativa da sua identidade. Swain (2011, *apud* Zanello, 2018) discorre sobre como o dispositivo “constrói corpos-em-mulher”, em outras palavras, de acordo com essa perspectiva, a mulher está pronta para se sacrificar em prol do outro, “tudo em nome do amor”. Aliado a isso, o amor romântico se constitui como uma nova forma de controle dos corpos femininos, tal qual uma dependência, sendo o casamento um fator de adoecimento psíquico delas, enquanto para os homens a instituição se mostra como uma proteção da sua saúde mental.

Ainda nesse sentido, bell hooks (2021) discute sobre a maneira em que meninos e meninas, durante sua infância, são ensinados a sentir de forma distintas, o que Zanello (2018) em seus postulados denomina de “pedagogia dos afetos”. Para hooks (2021) as meninas foram conduzidas a não se tornarem o que desejavam, elas não deveriam ser elas mesmas, mas sim negar seus sentimentos objetivando atrair e agradar o outro. A ação do dispositivo amoroso desenrola-se nas entrelinhas da Entrevistada 03 do Clube de Mães, quando questionada sobre sua vontade de ser mãe.

Então, torna-se evidente a forma com a qual o dispositivo amoroso interpela o desejo da participante, mesmo não sendo sua vontade em prol de atender o pedido do marido que cede a gravidez e a maternidade. Nessa lógica, a participante reafirma que era uma vontade sua, todavia, hooks (2021) destaca que:

“As mulheres podem sentir necessidade de fingir que amam a si mesmas, para projetar confiança e poder para o mundo exterior e, como consequência sentirem-se num conflito psicológico, desconectadas de seu “eu” verdadeiro” (bell hooks, 2021).

Cabe salientar que, ao se falar em identidade, afetos, desejos e vontades também se fala em como essas categorias atravessam diferentes mulheres, em diferentes contextos socioculturais. Dito isso, a ideia da existência da democracia racial se mostra como uma ambivalência, quando a mulher negra é posta como objeto, distante da humanidade, atribuindo a ela um caráter de servidão. Portanto, a figura da “mãe preta” durante o Brasil Colônia evidencia uma performance de maternidade na qual ela era responsável pelo cuidado literal servindo ao bebê e a criança, tornando-se ama de leite, educadora, além de se tornar uma “mãe-não-mãe”, um construto, enquanto a mãe de fato se mantém distante (Gonzalez, 1984 apud, Casemiro; Lipovetsky, 2021).

Ainda, perante esse cenário, Stevens *et. al.* (2017) propõe que a história da mulher brasileira desde a chegada dos portugueses ao Brasil é marcada por violências inenarráveis e inumeráveis, que perpassam o corpo feminino da mulher indígena sob o qual foram praticados, e ainda são, os crimes mais hediondos existentes. As autoras destacam a obra *Moema*, do artista Victor Meireles (1866) em que é retratada um tipo de romantização e erotização do corpo da mulher indígena morta na praia. Diante dessa conjuntura, *Moema* retrata o mito da heroína ancestral, visão que desempenha papel da criação de identidades, destinando e impondo um lugar específico no qual a mulher indígena deve habitar: sacrifício em prol dos valores masculinos, sejam eles quais forem.

Para mais, as tecnologias de gênero, conceito de Teresa de Lauretis (1985), se mostram como uma potente ferramenta nos processos de subjetivação, já que tal ideia diz respeito a mecanismos midiáticos que interpelam quem as pessoas virão a ser, bem como o seu modo de ser e estar no mundo. Perante a referida concepção, faz-se perceptível como tais tecnologias constituem as vontades de cada mulher.

Ao que concerne ao mundo para além da maternidade, foi observado durante os relatos das mulheres aqui entrevistadas, o fato de que elas gostariam de voltar a trabalhar e/ou estudar. Nesse âmbito, é possível verificar como a categoria do trabalho foi sendo modificada ao longo do tempo. A partir da década de 1970 houve uma maior inserção da mulher no mercado de empregos, todavia, àquela época a maioria das mulheres que trabalhavam eram solteiras, sem filhos e jovens (Fiorin; Oliveira; Dias, 2014).

De acordo com Fiorin *et. al.* (2014) o aumento da escolaridade da população, com destaque para as mulheres, contribuiu significativamente para elas se inserirem no mercado de trabalho, mas também passaram a ter menos filhos ou se tornaram mães mais tarde. Ainda nesse estudo realizado por Fiorin, as participantes registraram que o trabalho trazia liberdade,

autonomia, satisfação pessoal e independência financeira, de forma que, a representação da atividade remunerada se mostra além da necessidade econômica, o trabalho é visto como uma atuação extra lar que proporciona um tipo de prazer pessoal, incitando a satisfação individual das mulheres.

Essas discussões nos ajudam a observar que no discurso das mães deste estudo a presença da vontade de trabalhar e/ou estudar advindas do Clube de Mães mostraram que das 7 entrevistadas apenas uma participante expressou que gostaria de se inserir no mercado de trabalho e se especializar no que gosta, a culinária. Esse relato exhibe para nós uma outra face da maternidade: o relacionamento com o pai da(s) criança(s). É possível inferir que existem diversas micro violências escondidas no cotidiano dessas mulheres. Perante essa reflexão, nos questionamos: Quantas mães se calam diante de situações abusivas em nome dos filhos, ou até mesmo em nome da família? Quantas ainda permanecem em relações não saudáveis em nome de uma “estabilidade” familiar? Esses e outros questionamentos são levantados quando se trata de falar da posição da mulher dentro de uma relação, dentro do seio diário de sua própria família.

A permanência de mulheres em relacionamentos abusivos se dá a partir de condições múltiplas de caráter socioeconômico, culturais, cognitivos, além das condições de violências como patrimonial, psicológicas e físicas. Devemos nos atentar para o fato de que, nem todas as mulheres dispõem de condições, sejam financeiras ou psicológicas. Ainda, vale ressaltar que muitos desses indivíduos sequer possuem a sua disposição uma rede de apoio que possam lhe amparar. Além disso, é cabível considerar até mesmo acesso à informação pode ser dificultoso, impossibilitando que possam compreender integralmente a situação em que estão inseridas e, dessa maneira, consigam refletir sobre as melhores possibilidades para, se assim for de seu desejo, sair dessa condição, possivelmente precária, de forma segura (Monteiro; Magalhães; Azevedo, 2022; Baptista, 2020).

Assim, perante o exposto, é possível observar quais são os atravessamentos que permeiam o que é ser mulher, os meios que estruturam e reafirmam esse conceito, bem como os pressupostos que ditam quais as vontades, destinos e escolhas as mulheres devem ter. Sumariamente, percebe-se que visualizar que ainda que os caminhos percorridos por essas mulheres possam ser diferentes em contextos e outros aspectos, elas se encontram em algum ponto, seja na fala pela vontade de trabalhar/estudar, seja pelos efeitos do “não dito” e do silêncio em nome do(s) filho(s).

Todavia, ao se considerar a maternidade como uma decisão a ser tomada, precisa-se também averiguar que essa não é única via para se sentir feliz

ou realizada, também, é interessante construir maneiras de se visualizar as possibilidades que cada sujeito pode construir, seja trabalhar, estudar, ou até mesmo ser “dona de casa”, desde que a sua escolha seja feita de forma consciente e que não traga sofrimento. Ademais, permanece o questionamento: seria o ideal de maternidade mais uma forma de dominar a mulher e a manter subjugada em um local submisso que ela não deseja permanecer?

Sentimentos inconfessáveis **Onde se encontra o não dito?**

Quando se trata de falar sobre a saúde mental da mulher, principalmente da mulher que assume o papel de mãe, podemos dizer que existem diversas facetas que contribuem para o adoecimento psíquico desses sujeitos femininos. Esses aspectos englobam não só discursos, mas também conceitos que tentam delimitar a discussão e reflexão desse tema, ainda nos dias atuais (Lima; Santos; Barbosa, 2021).

Como discutimos, a maternidade pode ser compreendida como um fenômeno social, marcado por gênero, raça e classe, por esse motivo, é preciso considerar a pluralidade desse construto tendo em vista que cada maternidade é vivenciada de forma diferente, não só subjetivamente, mas culturalmente também. É necessário levar em consideração em quais contextos as mães estão inseridas, quais são suas condições financeiras, trajetória de vida, relações familiares atuais, entre outros pontos que devem ser atribuídos quanto à influência na vida dessas mulheres-mães. Partindo desse pensamento, é preciso refletir constantemente e de maneira consciente, sobre quais são as estruturas que trabalham incansavelmente para que a decisão de ser mãe seja tomada e o quanto essa decisão impacta na saúde mental e física da mulher.

Sob esse viés, Bomfim *et al.* (2022 *apud* Maldonado, 1997) salienta como a gravidez envolve diversos aspectos e que para encarar essa nova fase da vida deve haver uma remodelação de algumas características, por exemplo, como a identidade sofre mudanças para se adaptar às demandas de cuidar de um bebê que depende integralmente da mãe. Além do mais, devido a visão romanceada da maternidade, algumas decorrências acontecem como o medo e as incertezas, que contribuem para a falta de confiança e a baixa autoestima dos sujeitos. Contudo, não podemos negar a forte presença de momentos de felicidade genuína, bem como os de satisfação que são vivenciados de maneira célebre.

Diante disso, partindo da dualidade do tudo ou nada, Badinter (2011) salienta como diversas mulheres silenciam seus prazeres em prol da maternidade, visualizando apenas os aspectos desagradáveis. Ademais, algumas mulheres destacam o desgosto físico, bem como o cuidado com a criança e o sentimento deprimente de se dedicar em tempo integral, destacando ainda como se sentem diante de uma perda de identidade, tal como a alienação. Esses fatores podem ser compreendidos como a falta de tempo pessoal, posto que as mães tendem a disponibilizar o máximo de tempo para a dedicação da criança, que depende especialmente delas.

Visando compreender como o ideal de “instinto materno” interfere no processo de saúde da mulher-mãe, se deve também refletir sobre como tal pressuposto adoce mulheres não mães também, provocando um sentimento de culpa (Lima; Santos; Barbosa, 2021), haja vista a possível falta de interesse na maternidade ou ainda, a não possibilidade física dessa vivência, entre outras causas. Além disso, no que diz respeito a gravidez, ela é vivenciada, tanto no aspecto biológico quanto no psicológico como um período de mudanças realmente significativas. Cabe pensar sobre o seguinte questionamento:

Afinal, o que querem as mulheres? Muitas e diversas coisas, certamente, mas quando damos ouvidos às suas queixas, como Freud com suas histéricas, descobrimos que, antes de tudo, elas querem a liberdade e condições que lhes permitem desejar sem precisar pagar o alto preço da culpa. (Nunes, 2011, p. 114) citado por (Gomes; Port; Cerveira, 2021).

Nesse panorama, as participantes desse estudo demonstram se sentirem plenamente felizes, satisfeitas e realizadas ao desempenharem o papel de mãe. Porém, onde se esconde o não dito? Por múltiplas vezes, deixam-se nas entrelinhas traços dos sentimentos que não são confessados, entre os ditos e os não ditos. Muitos são os sinais sobre o que se é permitido, bem como o que pode ser falado ou não por essas mulheres, marcas que estão intrinsicamente escondidas, ocultos devido ao fato de que o direito a voz é roubado, reprimido por representarem um ideal, por viverem em situações nas quais são impedidas de se expressar, seja pela condição sócio histórica que lhes é imposta, seja pelo relacionamento amoroso ou até mesmo pelo julgamento moral da sociedade.

Segundo Rapoport e Piccinini (2006) citado por Oliveira, Pereira, Rolim (2021), os autores destacam a importância da constituição das redes de apoio às mulheres mães, para os estudiosos a rede de apoio social se caracteriza pela disponibilização de pessoas e de sistemas que ofertam estratégias de enfrentamento a algumas condições da vida. Com base em

suas considerações, podemos identificar dois tipos de redes: o apoio social e o apoio emocional.

Ao se falar em apoio social são englobados tipos de ajuda que partem tanto das pessoas como de instituições, seja quem a mãe percebe que lhe dá suporte, seja o recebido, além do mais, existem também os apoios emocionais, informacionais ou instrumentais. Sendo que, para que a maternidade seja mais responsiva, um meio facilitador é o acolhimento da sociedade e o seu apoio, que afeta tanto o vínculo da mãe com o bebê, quanto a criança de forma direta (Rapoport; Piccinini, 2006) citado por (Oliveira; Pereira; Rolim, 2021).

Perante essa conjuntura, a construção de creches, por exemplo, é um fato de extrema relevância para a saúde mental da mulher mãe (Zanello, 2018). A construção de redes de fortalecimento da autoestima, como as iniciativas não governamentais, a saber: Clube de Mães e Grupos Terapêuticos podem ser facilitadores para as vidas dessas mulheres. Entretanto, é importante que essa tenção seja fornecida tanto na atenção primária quanto na hospitalar. Ainda, podemos pensar nos sistemas de assistência social, como o desenvolvimento de oficinas para a promoção da independência financeira. Ademais, pensar em saúde mental da mulher que é mãe perpassa por caminhos ainda solitários, porém, a disponibilização de uma escuta qualificada, com fins terapêuticos é extremamente necessária. Vale salientar a importância de solucionar também a problemática de como essas mulheres poderão ter acesso aos serviços prestados e como será feita divulgação e manutenção dessas iniciativas.

As opções citadas acima são possibilidades de formas viáveis para a manutenção e prevenção de danos à saúde mental da mulher mãe. O Clube de Mães é um ótimo exemplo pois diz respeito a uma instituição sem fins lucrativos que tem por objetivo reunir mães e desenvolver ações sociais no bairro que o cerca. Esse clube foi um dos locais no qual esta pesquisa se estabeleceu, onde uma das ferramentas terapêuticas que pode ser colocada em prática foi a arteterapia. Nesta oportunidade, foi possível utilizar revistas, juntando imagens através de recortes e de colagem, para criar algo novo e que tivesse sentido para as mulheres, que respondiam à pergunta disparadora: “O que é saúde mental para você?”.

Na arteterapia, por meio da colagem, quando se junta imagens ou pedaços de imagens, pode-se criar algo com um novo sentido, voltando-se para uma transformação daquilo que era anteriormente (Seixas, 2012, *apud* Capucho, 2020). Com a dinâmica, surgiram criações, escritos e colagens do que representava, para as mulheres do Clube de Mães, a saúde mental. Para Capucho (2020), a colagem trabalha com o sentido do concreto e material,

possibilitando uma reflexão do real, trazendo para o consciente aspectos sobre si mesmo. E aquilo que não é dito, por vezes, acaba vindo à tona.

A partir de nossa pesquisa, nos deparamos com a seguinte pergunta: como a saúde mental é vista pelas mulheres que compõem o Clube de Mães? Por meio das artes, podemos perceber que algumas mulheres trazem a saúde mental, ainda, como um “tipo de doença mental”, descrevendo que existem variedades. Em outra observação, uma das mulheres que participaram dessa atividade, mencionou que é preciso muita força de vontade para vencer e manter uma estrutura familiar saudável na sociedade atual, destacando que estar unida a grupos de família, escolas e igrejas torna-se uma espécie de ajuda, com a qual consegue chegar em um lugar onde a mente fica “sadia e ocupada”. Em contraponto, outra mulher destaca que ter momentos de lazer e estudar, pois essa prática se constituiu como algo que proporciona saúde mental para sua vida pessoal enquanto indivíduo e que é preciso cuidar da saúde, do bem estar, da beleza e da organização, para então, conseguir viver de maneira tranquila e satisfatória em sua rotina.

Houveram, também, aspectos sensíveis, colocados por mulheres que apontaram sintomas de uma mentalidade que não estava em plena saúde, como por exemplo: falta de atenção, sentimentos como vazio, vontade de sumir, falta de algo, cansaço fácil e choro por motivo ditos simplórios, solidão e impaciência, sentir dor por todo o corpo, entre outros. Essas mulheres afirmaram que isso são pontos de uma saúde mental que precisa de ajuda e atenção, enquanto outra mulher apontou que hoje em dia, nosso dia a dia traz muitos problemas, tanto com a saúde, como com a falta de segurança, fator que tende a gerar muita tristeza.

Antes de concluir, podemos questionar também, a partir das reflexões trazidas pelas mulheres, como a saúde mental é vista e compreendida, bem como as informações corretas e necessárias podem chegar até elas, de forma que possam acessá-la através do sistema. É preciso pensar sobre a burocracia e a fila de espera imensa que tornam difícil o contato com o apoio social entre as mulheres e o único meio possível de rede de apoio que elas têm.

3 Conclusões

O presente estudo teve como objetivo principal investigar a pressão social exercida sobre as mulheres a partir de uma perspectiva sócio-histórica, bem como averiguar os impactos no processo de subjetivação do sujeito mulher, assim como a percepção dos impactos na saúde mental do sujeito feminino ao que concerne o tópico da maternidade. Sendo assim, conclui-se que o processo de se tornar mulher e mãe em nossa sociedade capitalista, patriarcal e sul-americana é atravessado por estruturas que vão além do sujeito como indivíduo.

Desde os séculos passados até os dias atuais, percebemos que as estruturas sociais permeiam as condições no que se refere ao desejo de exercer a maternidade, interferindo diretamente na constituição da identidade feminina. As principais estruturas destacadas nesta análise são a presença marcante da religiosidade, as relações amorosas e familiares e os dispositivos de subjetivação. A partir dos discursos apresentados pelas mães participantes, foi possível evidenciar como o discurso sobre elas incide diretamente nas decisões que tomaram no passado e continuam assumindo atualmente. Entretanto, cabe destacar que cada experiência de maternidade é vivenciada de forma única.

Contudo, em relação as nossas entrevistas, ao serem questionadas sobre o que não fariam se fossem mães, elas evidenciaram o desejo de trabalhar e estudar, destacando a importância de que exercer a maternidade não deveria impedir a realização dos desejos de cada mulher. Essas respostas revelam a disparidade entre quem tem algum tipo de poder aquisitivo e quem não tem, além da escassez de políticas públicas que buscam auxiliar e compor redes de apoio para que as mães possam realizar atividades fora do lar, como cuidar da saúde mental e física.

Constatou-se também, por meio dos diálogos, que as tecnologias de gênero e a forte influência da família para que as mulheres se tornem mães, são narrativas poderosas. Mesmo quando não há o desejo de engravidar, parir e cuidar, as pressões exercidas sobre o sujeito mulher acabam por silenciá-las, deixando sentimentos não expressos em prol de um papel socialmente construído e imposto a elas. É importante destacar que o silêncio muitas vezes é mantido devido à posição da mulher dentro de seu meio, sustentando-se em nome do pai, do marido, da família e dos julgamentos morais, atos estes que contribuem para a deterioração cotidiana da saúde mental desses sujeitos. Assim, entendemos que muitas dessas mulheres se calam em prol de um instinto de sobrevivência.

Observou-se também que o sentimento de felicidade foi recorrente nas falas das participantes deste estudo. No entanto, não se busca questionar a veracidade desses sentimentos ou negá-los, mas sim compreender como a sociedade influencia na constituição da prática de ser mulher. Além disso, a pressão para exercer a maternidade assume diversas facetas. Nesse sentido, cabe aos estudos direcionados à Psicologia olhar para essas mulheres com afeto, cuidado e presença, uma presença que ainda é insuficiente em algumas localidades e serviços de saúde. Consideramos que a presença das iniciativas supracitadas tem o poder não só diminuir o sofrimento decorrente das pressões sociais externas, mas também das internas.

Por fim, esperamos que, através deste estudo possamos contribuir para a reflexão sobre os processos contínuos de cuidado da saúde mental da mulher mãe, bem como daquelas que não desejam exercer a maternidade, buscando a implementação de políticas públicas que envolvam profissionais da Psicologia em diversos serviços, objetivando alcançar toda a sociedade. Além disso, presume-se que este material possa ser debatido, dando visibilidade às diferentes experiências de maternidade, configurações familiares e vozes de todas as mulheres que precisam ser ouvidas, mas que infelizmente ainda não são, com o intento de reduzir e posteriormente minimizar os impactos causados na vida dessas mães que convivem com o sofrimento e a angústia que enfrentam.

Referências

AZEVEDO, Maria Renata Florência de et. al.. **Entre normatizações e estranhamentos: tensões subjetivas nos processos de tornar-se mãe.** 2022. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Paraíba, PB. 2022. Disponível em https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/26211?locale=pt_BR.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe.** Editora Record, 2011.

BADINTER, Elisabeth. O mito do amor materno: Um amor conquistado. **Rio de Janeiro: Nova Fronteira**, 1985.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade; Trad. **Renat Aguiar**, v. 8, 2003.

BOBER, Vanessa Vargas et al. **“Ser mãe é treta”: narrativas de mulheres-mães primíparas sobre a constituição de suas maternidades.** 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

CAPUCHO, Mariana Gonzaga. **Arteterapia: A arte como recurso terapêutico para a expressão de conteúdos inconscientes**. 2020. Universidade de Taubaté. Departamento de Psicologia.

CARVALHO, Janine Pestana; SCHIAVON, Amanda de Almeida; SACCO, Airi Macias. A romantização da maternidade: uma forma de opressão de gênero. **Realize Editora**, 2018.

CASEMIRO, Diego Márcio Ferreira et al. Teorias inteseccionais brasileiras: precoces e inominadas. **Revista de Ciências do Estado**, v. 6, n 2, p 1-28, 2012.

CASTELLO, Camila Cristina Saraiva; AMARAL, Lucas Alves. Representações sociais sobre a não maternidade. **Programa de Iniciação Científica-PIC/ UniCEUB-Relatórios de Pesquisa**, 2019.

DAMACENO, Nara Siqueira; MARCIANO, Rafaela Paula; DI MENEZES, Nayara Ruben Calaça. As Representações Sociais da Maternidade e o Mito do Amor Materno. **Perspectivas em Psicologia, Uberlândia**, v. 25, n. 1, p. 199-224, 2021.

DA SILVA BOMFIM, Vitoria Vilas Boas et al. Depressão pós- parto: prevenção e tratamentos. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 7, p. e0111728618-e0111728618, 2022.

DE MORAIS SILVA, Joyce; DE CARVALHO AMARO, Terezinha A. Maternidade: um olhar para o sentimento de invisibilidade da mulher. **Atas de Ciências da Saúde (ISSN 2448-3753)**, v. 9, n. 1, p. 43-43, 2021.

DE LAURETIS, Teresa. La tecnologia del género. **Revista Mora**, v.2, p. 6-34, 1996.

FORNA, Aminatta. Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime mães. **Rio de Janeiro: Ediouro**, 1999.

GRADVOHL, Sílvia Mayumi Obana; OSIS, Maria José Duarte; MAKUCH, Maria Yolanda. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. **Pensando famílias**, v. 18, n. 1, p. 55-62, 2014.

HOOKS, bell. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. **São Paulo: Elefante**, 2020.

JAGGAR, Alisson M.; BORDO, Susan R.; DE FREITAS, Britta Lemos. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

LACERDA, Mayara Silva et al. Uma experiência de implantação de um grupo de mulheres: entre dizeres e fazeres. **Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 9, n. 1, 2018.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de et al. **Feminismos, mídia e subjetividades**. 2022.

MARQUES, Christiane Jussara de Carvalho; SANTOS, Kássia Cintia dos; DANIEL, Natasha Saney Silva. **A romantização da maternidade e seus impactos psicológicos**. 2022.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**: Investigações em Psicologia Social. 11ª Ed. Petrópolis – RJ: Vozes. 2015.

MONTEIRO, Alice Anne da Costa; ANDRADE, Laura Freire; Ser mãe ou não ser: uma pressão sociocultural na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Ciências da Vida**, v. 6 n. 2, p. 1-19, 2018. Disponível em: <http://jornalold.faculdadecienciasdavidacom.br/index.php/RBCV/article/view/671>.

MONTEIRO, Samira Cavalcante; MAGALHÃES, Raphaella Stephannie Rosa; DE AZEVEDO, Regina Lúgia Wanderlei. A permanência de mulheres em relacionamentos abusivos à luz da Terapia dos Esquemas. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 16, pág. e113111637417-e113111637417, 2022.

MONTEIRO, C., & ZANELLO, V. **Tecnologias de gênero e dispositivo amoroso nos filmes de animação da Disney**. 2014.

PARQUE, Cristina. Escolhendo não ter filhos: a tipologia de ação de Weber e os motivos dos voluntariamente sem filhos. **Investigação Sociológica**, v. 75, n. 3, pág. 372-402, 2005.

QUELOTTI, Amanda; RIBEIRO, Anna. Maternidade e maternagem: quando o biológico e o psíquico não se encontram. **Cadernos de psicologia**, v. 4, n. 7, 2022.

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, César Augusto. Maternidade e situações estressantes no primeiro ano de vida do bebê. **Psico-USF**. v. 16, n. 2, p. 215-225, ago. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-82712011000200010>.

SANTOS, Dionisia; LIMA, Debora; BARBOSA, Paloma. **Os impactos da idealização da maternidade na saúde mental da mulher contemporânea**. 2021.

SILVA, Camilla Fernanda Magalhães; OLIVEIRA, César Filipe da Silva; BARROS, Clarissa Maria Dubeux Lopes. **A dicotomia do ser**: de mulher a mãe - as possíveis mudanças a partir da maternidade. 2020.

SILVA; Janaina, ARANHA, Maria de Fátima. Pode uma mãe não gostar de ser mãe? as controvérsias acerca do feminino. 1. ed. **Curitiba: Appris**, 2020.

STEVENS, Cristina et al. **Mulheres e violências: inteseccionalidades**. Techonopolitik, 2017.

QUELOTTI, Amanda; RIBEIRO, Anna. Maternidade e maternagem: quando o biológico e o psíquico não se encontram. **Cadernos de Psicologia**, v. 4, n. 7, 2022.

TEIXEIRA, Nincia Cecillia. Maternidade à prova: memórias e desconstrução em AZmina. **Revista Interfaces**, v. 10, n. 2, p. 198-209, 2019.

WEIRICH, Bruna. **Para além da romantização da maternidade**: repercussões do ser mãe para o ser mulher. 2019.

XAVIER, Aline; ZANELLO, Valeska. **Ouvindo o inaudito**: mal-estar da maternidade em mães ofensoras atendidas em um CREAS. 2018.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Editora Appris, 2018.

ZANELLO, Valeska; PORTO, Magde. **Aborto e (não) desejo de maternidade(s)**: questões para a Psicologia. 2016.

ZANELLO, Valeska. **Mulheres e loucura**: questões de gênero para a psicologia clínica. 2010.

Recebido em setembro de 2023.

Aprovado em abril de 2024.